

Espaço Aberto

Parecer da ANPEd sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

Introdução

Em resposta à consulta realizada pelo Ministério da Educação à ANPEd, solicitando parecer a respeito do documento *Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN*, a diretoria da Associação decidiu encaminhar, no limitado prazo de que dispunha, um parecer preliminar, que se atém mais aos aspectos gerais da proposta e às suas implicações para a educação básica no país, do que a aspectos específicos referentes às diversas partes de que se compõe o documento.

Esta opção não significa que a ANPEd julgue menos importante a análise especializada das diversas áreas e temas, mas sim que pareceres aprofundados sobre Matemática, Linguagem, Ética ou Ciências requerem a consulta a grupos de especialistas, o que não foi possível no prazo proposto.

Dada sua dimensão de entidade nacional, que agrega 43 programas de pós-graduação em Educação, 16 grupos de trabalho temáticos e mais de 1.200 sócios individuais, a ANPEd comporta grupos com diferentes orientações teóricas, metodoló-

gicas, ideológicas e partidárias, o que, evidentemente, reflete-se em diferentes posicionamentos quanto a políticas e programas educacionais que são propostos e implantados pelas diversas instâncias governamentais.

No entanto, a discussão sobre o que se chamou de “base comum nacional”, que implica na proposta de uma metodologia de construção do currículo, é relativamente antiga na entidade, e ocupou espaço importante nas atividades de mais de um grupo de trabalho, além de ser objeto de inúmeros encontros, publicações e debates, nos últimos 15 anos. Algumas das posições que se encontram resumidas na parte introdutória dos PCN foram inicialmente analisadas no âmbito da ANPEd. Ou seja, há uma longa tradição de pesquisa e reflexão sobre currículo para a escola básica no país, que sempre provocou grande interesse no conjunto dos trabalhos apresentados, analisados coletivamente e divulgados pela Associação.

Para que o documento dos PCN pudesse ser apreciado e discutido com a seriedade necessária, seria mais apropriado que o prazo previsto para a resposta a esta consulta comportasse a realização de

discussões por parte de grupos de pesquisadores associados, o que garantiria uma representatividade maior a qualquer resposta que fosse encaminhada pela ANPEd ao MEC e conferiria maior legitimidade à proposta no processo de sua implementação.

Na impossibilidade de promover esse tipo de consulta mais sistematizada, mas ciente da importância do assunto em pauta, a diretoria da ANPEd decidiu, após consultas informais por telefone e fax a pesquisadores associados e a coordenadores de grupos de trabalho ligados ao tema, elaborar um parecer geral, que buscasse refletir as posições predominantes entre esses especialistas, muitos dos quais haviam também sido consultados individualmente pelo MEC.

Esta resposta não segue o roteiro proposto pelo MEC, nem pretende ser a síntese de todas as opiniões colhidas. Nesse sentido, coloca-se como um parecer preliminar, o qual gostaríamos fosse considerado como um ponto de partida para avaliações mais aprofundadas e pormenorizadas.

A decisão de elaborar Parâmetros Curriculares Nacionais e o processo adotado

Os vários grupos da ANPEd, refletindo uma preocupação generalizada na área de Educação, sempre defenderam a necessidade de os governos assumirem sua responsabilidade frente à escola da maioria, o que inclui decisões a respeito de questões curriculares, entre muitas outras.

O Artigo 210 da Constituição de 1988 foi formulado a partir da iniciativa da ANPEd, endossada por muitas outras entidades, as quais se mobilizaram durante o processo constituinte, defendendo a necessidade da “formação básica comum” ali mencionada.

Importantes pesquisadores e professores da área têm participado ativamente e estão profundamente comprometidos com a realidade da escola pública brasileira, como secretários estaduais e municipais de Educação, nos Conselhos Estaduais de Educação — e agora também no Conselho Nacional de Educação —, nas equipes técnicas de diferen-

tes governos, prestando assessoria a redes públicas de ensino, sindicatos de professores e outros grupos da sociedade civil. A urgência de agir é assim compartilhada por muitos, que buscam aliar a formação acadêmica à prática social.

Essa prática, ao lado de muitos estudos, vem constatando que os graves problemas da educação básica brasileira por vezes servem de justificativa para iniciativas governamentais isoladas, que não se apoiam nos conhecimentos já acumulados no país, tanto nos meios acadêmicos como nos profissionais e técnicos, e que não têm continuidade no tempo, pouco impacto provocando na realidade vivida nas escolas.

O conhecimento da história das reformas educacionais brasileiras, que pouco conseguiram influir na enorme seletividade que caracteriza nossa escola básica, confere fundamento à preocupação comum, detectada junto a vários associados, de que o processo adotado para a elaboração dos PCN, até o presente momento, não garantiu a participação ampla e o ancoramento na experiência já existente no país em relação ao currículo das primeiras séries, como seria desejável.

Isso é tão mais preocupante quando se considera os enormes investimentos já realizados pelo Estado brasileiro na construção de competências especializadas, através de programas de formação e apoio à pesquisa, entre os quais o SPEC - Subprograma Educação para a Ciência, das bolsas de pós-graduação no país e no exterior, dos financiamentos às universidades públicas, a seus centros de estudos e por meio de bolsas e auxílios de pesquisa.

A experiência mostra que, para qualquer reforma ter possibilidades de sucesso, é preciso ganhar a adesão ampla dos formadores de opinião na área e, principalmente, dos profissionais diretamente vinculados à escola. Por esse motivo, iniciativas anteriores de mobilização fizeram uso de estratégias que comportavam discussões públicas, como foi o caso da elaboração do Plano Decenal de Educação. Longe de comprometer a finalização e implantação dessas propostas, tais metodologias garantem uma ampliação da base de apoio para os programas, sem a

qual sua efetiva concretização, em um país tão grande e diverso como o nosso, fica comprometida.

É por tudo isso que a ANPEd lamenta que a primeira etapa de elaboração dos PCN tenha passado ao largo de parte importante do acervo de conhecimento e experiência acumulados no país sobre o currículo, o saber e a cultura escolar. Embora muitos reconheçam que sempre é necessária a utilização de um grupo formulador na elaboração de um documento complexo e amplo como são os PCN, há a constatação unânime de que, durante o primeiro ano de sua elaboração, não foi garantida uma interlocução mínima com especialistas e grupos significativos da área.

Recomendação

Entendendo que a elaboração dos PCN ainda está em processo — não foi divulgado material sobre todas as áreas previstas, como história e geografia, artes e educação física, e ainda não foram elaborados os parâmetros relativos às 4 últimas séries — recomendamos que sejam criados espaços e oportunidades para debates coletivos abertos a pesquisadores e professores interessados de todo o país, promovendo uma interlocução sistemática entre o grupo formulador dos PCN e segmentos amplos da comunidade educacional e permitindo que grupos diversificados da sociedade possam também se manifestar a respeito de assunto de tamanha importância.

Base comum nacional, currículo nacional ou parâmetros curriculares nacionais?

O debate sobre o que deve ser ensinado às novas gerações na escola, para que deve ser ensinado, como deve ser ensinado, quem deve decidir sobre estas questões e como, é evidentemente um debate que não envolve somente decisões técnicas.

A extensa literatura sobre o papel da escola na

manutenção ou no questionamento das estruturas de poder e dominação na sociedade atesta a importância e a complexidade do tema. No âmbito da ANPEd, não existe uma única posição a respeito dessas questões. As preocupações são diversas e baseiam-se em diferentes opções filosóficas e políticas.

Alguns enfatizam a necessidade de se definir um núcleo de conhecimentos e habilidades comuns, que seja acessível a todas as crianças brasileiras, que seria complementado por conhecimentos de base regional e local. Esta posição é compatível com a definição de parâmetros como os propostos pelo MEC.

Uma outra posição defende também a base comum nacional, mas propõe que esta seja construída a partir das propostas locais, que deveriam ser apresentadas e criticadas em encontros locais, regionais e nacional. Esta metodologia já foi adotada em algumas iniciativas de âmbito estadual, principalmente em relação à formação de professores.

A posição mais crítica aponta para o risco de um currículo nacional eliminar os espaços de contestação e de expressão de grupos sociais subordinados, como por exemplo “minorias” raciais, populações de trabalhadores rurais, trabalhadores de periferias urbanas, entre outros. Esta posição é tributária da tradição da educação popular, que em seus projetos educacionais procurava partir de “temas geradores” ligados à experiência vivida dos alunos, construindo assim o seu currículo. A idéia de um currículo comum é assim entendida enquanto projeto de controle político do conhecimento.

Um outro aspecto da crítica a propostas desse tipo refere-se à interpretação que as entende como parte do processo de globalização econômica, no qual se estaria reforçando o papel subalterno do país e a exclusão social de grandes parcelas de brasileiros.

Sem desconsiderar a presença dessas visões conflitantes entre os associados da ANPEd, a seguir apontaremos algumas questões relativas aos PCN, a partir daquelas posições que reconhecem legitimidade na iniciativa do MEC.

Segundo essas análises, o documento não delimita com clareza seu alcance, seus interlocutores e seus desdobramentos. Por um lado argumenta-se

que os PCN são excessivamente genéricos quanto à definição de objetivos e conteúdos, e por outro verifica-se que, em determinados momentos, as formas de operacionalização são bastante detalhadas, não contemplando as diversas realidades e culturas regionais e locais. Certas análises concordam em caracterizar a linguagem adotada como sendo hermética e de difícil compreensão fora de um círculo restrito de especialistas, ao mesmo tempo que identificam, em muitos trechos, a pretensão de se estar falando diretamente com o professor.

Seria importante que se procurasse deixar claro o lugar dos PCN numa proposta mais ampla para o ensino fundamental. De que forma articular-se-ão com as propostas estaduais, locais e de cada escola e professor? Que espaço de criação se propõe para cada uma dessas instâncias, sendo que os parâmetros se apresentam como orientações curriculares abertas que comportam, portanto, diferentes leituras, permitem diferentes contribuições e estão sujeitos a redefinições? Em um modelo como esse será desejável que o MEC se dirija constantemente ao professor, indicando-lhe detalhes de procedimentos em sala de aula?

Outra linha de questionamento diz respeito ao lugar que os PCN devem ocupar no contexto de uma política mais ampla de melhoria da qualidade do ensino fundamental. Embora mencionada na parte introdutória do documento, não está suficientemente enfatizada a necessidade de investimentos públicos importantes na melhoria das condições físicas das redes de ensino, nos equipamentos e materiais pedagógicos disponíveis para uso de crianças e adultos, na qualidade dos cursos de formação inicial e continuada dos professores, na busca de patamares salariais dignos e na estruturação de planos de carreira que incentivem seu aprimoramento profissional. Sem essas condições, atualmente ausentes da grande maioria das escolas brasileiras, um documento como os PCN, por melhor que seja, não será mais do que um sonho ou ficção pedagógica acessível a poucos.

Chama atenção, também, a falta de preocupação sobre a integração com a educação infantil. A frequência a pré-escolas e creches vêm aumentando

no país, e muitas crianças chegam à primeira série com experiências anteriores de escolarização, que parecem totalmente desconsideradas pelos PCN. O próprio MEC possui propostas e já publicou materiais curriculares para a pré-escola. Como se prevê a articulação desses níveis? Levando-se em conta que muitos municípios já integraram em um mesmo ciclo a pré-escola e a 1º série, que estratégias os PCN recomendam em relação a essa passagem? Como lidar com a alfabetização de alunos com experiências educacionais anteriores diversas? Qual a continuidade desejável nesse processo?

Supondo que o documento possui a intenção de servir de diretriz para políticas estaduais e locais de educação, é muito importante que as pré-condições necessárias para sua implementação estejam claras para técnicos e administradores e orientem a forma como os PCN serão utilizados e chegarão até os professores.

Essas são apenas algumas das questões suscitadas pelas diversas leituras feitas; alguns leitores reconhecem que muitas delas estão contempladas em alguns trechos do documento, mas de forma não consistente, sendo melhor trabalhadas em certas partes que em outras e não estando adequadamente colocadas logo no início, como seria mais desejável. De qualquer forma, essas dúvidas indicam a necessidade de tornar as opções estratégicas dos PCN mais claras para todos.

Recomendações

1. Tornar mais claras e fundamentar as opções estratégicas implícitas no documento, evitando inconsistências internas e explicitando os desdobramentos em relação aos demais aspectos da organização do ensino básico, inclusive a educação infantil.

2. Definir o papel das secretarias estaduais e municipais de Educação, e das unidades escolares, na construção das propostas curriculares locais e sua articulação com as políticas federais de implementação dos PCN.

Fundamentos

Vários analistas identificam um viés psicologizante na fundamentação dos PCN. Percebe-se que os fundamentos históricos, antropológicos e sociológicos tiveram um papel subordinado, sendo utilizados de forma segmentada e, por vezes, inadequada.

Não se discute a importância de se basear qualquer proposta educativa voltada para crianças e adolescentes nos conhecimentos e descobertas da psicologia do desenvolvimento, entendido este de forma ampla, e não apenas referido à cognição. Entretanto, para que escolas, sistemas de ensino, professores e alunos destinatários destas orientações não sejam concebidos fora do tempo e do espaço, fora das relações de poder e exploração, fora de seu meio cultural, seria fundamental que houvesse um equilíbrio entre o peso conferido às várias determinações sociais, considerando-se as características psicológicas dos indivíduos como sendo em parte produzidas e ganhando sentido na interação com o ambiente e a cultura.

Esse viés fragiliza o documento, especialmente na introdução e em temas transversais, como Ética, Convívio Social e Ética, Orientação Sexual e Meio Ambiente. Fragiliza, também, o recurso a alguns exemplos práticos, quase sem exceção pensados para uma realidade urbana de classe média ou, no mínimo, mais generalizada nas regiões com maior desenvolvimento do país.

Dessa forma, se em vários momentos o documento defende o respeito a realidades diversas vividas por crianças e adultos de diferentes origens sociais, raciais e culturais, na realidade ele acaba por consagrar “uma” determinada visão, que pode ser identificada com determinados segmentos sociais diferenciados em relação à imensa maioria de brasileiros. Segundo essa interpretação, partilhada pela maioria dos analistas, por trás de uma visão idealizada da escola, dos professores e também dos alunos, esconde-se um conhecimento parcial da realidade escolar brasileira.

A linguagem até certo ponto pasteurizada, genérica, baseada na idéia do “dever ser” e não do que

“é”, omite as contradições e conflitos que se encontram na base das “diferenças” mencionadas. Mesmo sem entrar no debate de fundo, esse problema pode comprometer as possibilidades de adesão à proposta, pois a maior parte das pessoas que trabalham nas escolas públicas, ou com elas, terão dificuldade em se reconhecer como interlocutoras do documento.

Tomando-se unicamente por base a análise realizada por Sérgio da Costa Ribeiro, resumida na introdução — e que não leva suficientemente em conta o problema da evasão escolar —, sabemos que grande parte dos alunos que frequentam as primeiras séries da escola pública apresentam defasagens de idade mais ou menos grandes, sendo que muitos já são trabalhadores. No entanto, em muitos momentos, pode-se indagar sobre qual o tipo de escola, de aluno e o perfil de professor supostos nas colocações contidas nos PCN. Há uma dificuldade real em se pensar a proposta para as escolas das periferias urbanas, para as multisseriadas, para os professores leigos e até mesmo para aqueles que só frequentaram o curso de magistério de 2º grau.

Já é bastante significativo o acúmulo de conhecimento sobre o cotidiano das escolas públicas, em diferentes pontos do país, principalmente através de dissertações e teses que realizaram estudos de caso aprofundados sobre essa realidade. Esses trabalhos mostram como os problemas de desorganização, depredação, conflitos e comportamentos agressivos surgem a partir de fatores múltiplos e complexos, os quais muitas vezes escapam ao raio de ação individual ou da unidade escolar. Para superá-los, é preciso que os atores ali presentes tenham informações e condições de reflexão para tomar iniciativas que não se limitem a corrigir condutas individuais, mas requerem participação em outras esferas da sociedade, o que implica em confrontos e riscos.

Outro aspecto extremamente importante apontado nesses estudos é o papel do relacionamento entre escola e família no aproveitamento escolar das crianças. Sobre isso o documento é bastante omissivo: são raras menções às famílias e praticamente ausentes sugestões no sentido de se obter uma comunicação

maior com os pais dos alunos, até mesmo em relação a temas onde isso é fundamental, como por exemplo em Orientação Sexual ou Convívio Social e Ética.

É de se lamentar que estes pressupostos estejam ausentes, ou insuficientemente enfatizados, no tratamento de vários conteúdos. Por exemplo, quando se busca a consciência da preservação da natureza, o que é desejável, mas deixando na penumbra os interesses que promovem a sua destruição, tanto no campo como na cidade. Ou quando se recomenda a tolerância em relação a comportamentos dos alunos que expressam sua sexualidade ou seu interesse por esse tema, sem que se leve em conta a realidade tensa e conflitiva que muitos desses alunos vivem em suas famílias e bairros, onde condições de vida extremamente precárias os colocam frente a riscos reais de agressão e abuso sexual.

A questão do multiculturalismo, bastante presente hoje na análise sobre o saber e a cultura escolar, parece ter sido incorporada de forma superficial e ingênua no documento. O convívio entre hábitos, valores e crenças populares locais, ou de grupos sociais minoritários, e o conhecimento transmitido pela escola nem sempre ocorre sem conflitos. Não basta propor o respeito às diferenças; é preciso fazer os alunos refletirem sobre elas, é preciso que seu conhecimento seja construído a partir da análise crítica e informada sobre a natureza dessas diferenças.

Além disso, é preciso considerar que as mudanças comportamentais individuais, também importantes e desejáveis, ganhariam maior alcance se concebidas como parte de movimentos de ação coletiva que extrapolam o âmbito da escola. Aprender a reconhecer e buscar aliados externos torna-se, assim, tão importante quanto entender as causas dos problemas de saúde, de violência ou de agressão ao meio ambiente.

Por tudo isso, é necessário que se supere a postura idealista, reconhecendo os conflitos e contradições que explicam as desigualdades e diferenças mencionadas, e levando-se em conta a realidade de vida de grande parte dos alunos e da maioria das escolas, onde crianças convivem com pré-

adolescentes e adolescentes desde as as classes iniciais. A prática escolar tem determinantes sócio-culturais que devem ser reconhecidos e trabalhados com os alunos, para que novos conhecimentos e atitudes possam servir de base para uma ação transformadora.

Recomendação

Rever o documento, especialmente a parte introdutória e os temas transversais, dando maior peso para os determinantes históricos e sociológicos, de forma a considerar a escola, os alunos e os professores, e também as secretarias e equipes técnicas, em sua concretude e diversidade de condições.

Questões de método

O documento adota claramente uma determinada premissa como fundamento psicológico de suas propostas, mais conhecida como “construtivismo”. Muitas orientações curriculares, em diferentes países do mundo, têm adotado essa mesma linha teórica. Entretanto, como o campo é vasto, os sistemas educativos não dispensam também outros enfoques teóricos da psicopedagogia que enriqueçam a abordagem das diferentes dimensões do desenvolvimento do aluno, bem como ofereçam maior suporte à sistematização do professor em sala de aula. Algumas propostas curriculares são construídas a partir de uma relação intensa da prática escolar com a pesquisa, permitindo avanços teóricos que retroalimentam as premissas adotadas.

Além disso, seria importante considerar que o nível de qualificação dos professores pode ser bastante diverso, comportando desde educadores leigos até profissionais com diploma de curso superior. Evidentemente, as condições de uns e outros para interpretar e utilizar os PCN em seu trabalho cotidiano são muito diferentes. Vários analistas chamaram atenção para o fato do material sobre linguagem discorrer longamente sobre os processos de

aprendizagem das crianças, ao mesmo tempo que não deixa claro qual o papel que o professor deve desempenhar na classe. Dependendo das condições de preparo do professor, que sabemos precárias na maioria dos casos, poderá haver muita dificuldade na adoção efetiva dos parâmetros propostos.

Muitas análises, apesar de reconhecerem a atualidade e adequação de algumas das estratégias indicadas no documento, argumentam que, se o currículo é sempre uma construção coletiva, na qual os professores desempenham um papel fundamental, não caberia a este tipo de documento fornecer diretrizes metodológicas fechadas. O âmbito e alcance dos PCN precisam ser definidos de forma a prever quais espaços de decisão, complementação e renovação estão reservados a secretarias estaduais e municipais de Educação, a equipes escolares, a professores, e também aos pais e às organizações da sociedade que se preocupam com o ensino.

Assim, as orientações didáticas dos PCN não poderiam deixar de ter o caráter opcional, abrindo espaço a outras contribuições igualmente relevantes na área, ou mais de acordo com a formação prévia e as condições de trabalho das equipes responsáveis pelas diversas redes de ensino.

Outro aspecto importante a considerar refere-se à proposta dos temas transversais. Este recurso, proposto também em outros currículos, como o espanhol, parece ser uma forma interessante de se lidar com temas atuais, que requerem um tratamento interdisciplinar. Entretanto, como já foi apontado, muitos deles, em especial Ética, Ética e Convívio Social, Orientação Sexual e Meio Ambiente estão voltados para uma realidade que não é a da maioria do alunado. Justamente por tratarem de assuntos ligados à realidade vivida pelas crianças e adolescentes presentes nas primeiras séries, estes temas deveriam ser tratados de forma mais aberta, enfatizando a necessidade de se conhecer a realidade dos alunos e de suas famílias para que estas questões sejam trabalhadas na escola de forma a despertar seu interesse e mobilizá-los para agir, individual e coletivamente.

Recomendações

1. Rever o documento, procurando deixar claro que a linha metodológica adotada é uma dentre várias possíveis, sendo que muitos conteúdos podem ser trabalhados a partir de outras orientações didáticas.
2. Reformular a abordagem dos temas transversais, de forma a permitir que seu tratamento seja adaptado às diferentes realidades sociais e culturais dos alunos.

Formato e apresentação

Um documento como os PCN não pode descuidar de sua forma de apresentação. Nesse aspecto, cabem algumas observações de ordem geral.

Em primeiro lugar, os textos poderiam ser consideravelmente encurtados. Alguns trechos são muito longos e repetitivos e poderiam, sem prejuízo de seu conteúdo, serem apresentados de forma mais direta e sintética. Um exemplo bem sucedido é a parte Educação para a Saúde, cujo texto conciso e claro contém o essencial da proposta e apresenta os conceitos de forma inteligível a não especialistas.

Além disso, a qualidade da redação varia bastante. A parte introdutória, por exemplo, apresenta vários problemas, dando a impressão de ser resultado de colagens de textos de diferentes estilos e escritos a partir de pressupostos teóricos conflitantes, contendo inúmeros erros de português.

Seria assim importante que, após as reformulações substantivas necessárias, os textos fossem trabalhados com vistas a permitir uma apresentação mais agradável ao leitor, prevendo diferentes tipos de uso e leitura: do conjunto do documento, de partes específicas, como material de consulta e assim por diante.

As bibliografias contidas nas diversas partes são bastante discrepantes: algumas muito extensas e com muitas referências inacessíveis à maioria dos leitores, outras mais sintéticas. Seria mais adequado prever, além das referências mais importantes

nas quais se baseiam os textos, indicações de leitura com títulos acessíveis e, de preferência, contendo uma pequena apresentação sobre cada um.

Índices remissivos, glossários, sugestões de materiais didáticos, áudio-visuais e softwares educativos existentes no país são também necessários. Sugere-se que sejam consultados materiais equivalentes publicados no exterior, muitos dos quais utilizam de forma criativa e eficiente variados recursos de apresentação gráfica.

Recomendação

É muito importante que a redação e a forma de apresentação do documento sejam aperfeiçoadas, permitindo diferentes tipos de usos e leituras e contendo indicações que ajudem o leitor a aprofundar temas de seu interesse.

Finalizando

A ANPEd considera que a iniciativa do MEC ao propor os PCN constitui um aspecto extrema-

mente importante das reformas educacionais previstas para o ensino fundamental. Como tal, deve ser objeto de análise cuidadosa e debate amplo, não só entre especialistas, como também em outras esferas da sociedade.

A questão do currículo nacional deverá ser discutida na 19ª Reunião Anual da ANPEd, que será realizada em Caxambu, entre 22 e 26 de setembro próximo. Na medida do possível, os grupos locais também procurarão debater a proposta dos PCN em suas universidades e centros de pesquisa, ao longo do ano, sendo que alguns já realizaram seminários sobre o tema.

Esperando que o diálogo tenha continuidade a partir dessa consulta, e que o período previsto para reformulações seja compatível com uma interlocução ampla com grupos de especialistas que queiram opinar sobre o documento, colocamo-nos à disposição do MEC para próximas oportunidades de colaboração crítica.

São Paulo, 11 de abril de 1996
A diretoria da ANPEd